

GEOGRAFIAS ARRUINADAS: uma ecofenomenologia do topocídio

RUINED GEOGRAPHIES: an ecophenomenology of topocide

GEOGRAFÍAS ARRASADAS: una ecofenomenología del topocidio

RESUMO

Lugares podem ser definidos e (re)significados por eventos destrutivos, disruptivos e tanatológicos que os transmutam em ruínas. Destarte, há horizontes expressivos de sentidos topocídicos a serem interpretados pelos geógrafos culturais. O presente ensaio perscruta as maneiras pelas quais o fenômeno de topocídio cria geografias arruinadas pelos múltiplos processos de flagelamento dos lugares. Para tanto, adota-se um enfoque ecofenomenológico que busca expandir as compreensões acerca de como essas problemáticas afetam os enovelamentos intersubjetivos e intercorporais de lugares mais-que-humanos. Por meio de exemplos advindos de textos literários, de obras de arte e de experiências de vida do autor, evidencia-se que os topocídios ecoam em disrupções das potencialidades do fazer-lugar criativo em contextos de covulnerabilidades de ser-na-e-da-Terra. Conclui-se que é necessário decifrar as articulações intercorporificadas de experiências pluritópicas para promover outras formas de coabitar e de coexistência nas fraturas e fissuras das ruínas.

Palavras-chave: Coabitar; Mundos mais-que-humanos; Geograficidade; Ruínas.

ABSTRACT

Places can be defined and (re)signified by destructive, disruptive and thanatological events that transform them into ruins. Thus, there are expressive horizons of topocide's meanings that can be interpreted by cultural geographers. This essay scrutinizes the ways through which the phenomenon of topocide creates ruined geographies in multiple processes of place flagellation. To do so, it employs an ecophenomenological perspective that aims to expand comprehensions on how this problematic affects the intercorporeal and intersubjective entanglements of more-than-human places. It utilizes examples from literary texts, artworks and the author's lived experiences to put into evidence that topocide echoes disruption of creative place-making potentialities in co-vulnerable contexts of being-in-and-of-the-Earth. It concludes that it is necessary to promote other ways of cohabitation and coexistence in the fractures and fissures amidst the ruins.

Keywords: Cohabitation; More-than-human worlds; Geographicality; Ruins.

RESUMEN

Los lugares pueden ser definidos y (re)significados por eventos destructivos, disruptivos y tanatológicos que los transmutan en ruinas. De esta manera, existen horizontes expresivos de significados del topocidio que pueden ser interpretados por los geógrafos culturales. Este ensayo examina las formas en que el fenómeno del topocidio crea geografías arrasadas en múltiples procesos de flagelación de los lugares. Para hacerlo, emplea una perspectiva ecofenomenológica que busca ampliar las comprensiones sobre cómo esta problemática afecta los enredamientos intercorporales y intersubjetivos de los lugares más-que-humanos. A través de ejemplos provenientes de textos literarios, obras de arte y experiencias de vida del autor, se evidencia que los topocídios resuenan en disrupciones de las potencialidades del hacer-lugar creativo en contextos de covulnerabilidades de ser-en-y-de-la-Tierra. Se concluye que es necesario descifrar las articulaciones intercorpóreas de experiencias pluritópicas para promover otras formas de cohabitar y de coexistencia en las fracturas y fisuras de las ruinas.

Palabras Clave: Cohabitación; Mundos más-que-humanos; Geograficidade; Ruinas.

 Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior ^a

^a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2024.75152

Correspondência:

carlosroberto2094@gmail.com

Recebido em: 20 abr. 2023

Revisado em: 22 jun. 2023

Aceito em: 19 jul. 2023



INTRODUÇÃO

Lugares são fenômenos que expressam as maneiras pelas quais a geograficidade toma uma dimensão experiencial que transmuta o espaço geométrico e indiferenciado em um todo dotado de definição e significado (TUAN, 2013). Na condição de conceito-chave para a Geografia Cultural, o lugar é um lócus de ações e intencionalidades que se expandem em uma miríade de significados (RELPH, 1976) que abarcam o amplo espectro de afetos possíveis – sejam eles negativos ou positivos.

Como discorreu Porteous (1987), os geógrafos humanistas majoritariamente se voltaram para as temáticas concernentes à topofilia, ao apreço, o pertencimento, a autenticidade e a identidade dos lugares. Essas, certamente, são experiências importantes de ser-no-mundo. Porém, existem situações adversas que provocam o rompimento desses vínculos e resultam na difusão de seus reversos.

Lugares podem ser definidos e (re)significados por condições destrutivas, disruptivas e tanatológicas. Nessas situações, há horizontes expressivos de sentidos topofóbicos, topocídicos e angustiantes a serem interpretados pelos geógrafos. Essas experiências contemplam fenômenos existenciais significativos nas/das emersões da geograficidade, como incita Dardel (2011).

Nas condições de flagelamento dos ecossistemas, lares e mundos vividas hoje em decorrência das mudanças climáticas, das catástrofes socioambientais, dos grandes empreendimentos territoriais e da crescente violência extrativa capitalista, faz-se fundamental entender seus efeitos existenciais sobre os lugares. Essas experiências cristalizam múltiplas emergências de realidades geográficas de precariedade e ruína.

Nesse sentido, o objetivo desse ensaio é perscrutar as maneiras pelas quais o fenômeno de topocídio cria geografias arruinadas pelos múltiplos processos de violência contra os lugares. Articulado a isso, busco evidenciar como essas situações geram disrupções nas potencialidades do fazer-lugar em contextos de partilhas multi-espécie por meio de exemplos de textos literários, de obras de arte e de minhas experiências.

Para tanto, adoto um enfoque ecofenomenológico por meio do qual almejo expandir as compreensões acerca de como essas problemáticas afetam os enovelamentos intersubjetivos e intercorporais de entidades humanas e não-humanas. Pautado nas proposições de Abram (1996, 2007, 2014), Toadvine (2013, 2014, 2021) e Wood (2003), me embaso nessa perspectiva permeada por complexificações animistas para o desvendamento das condições de experiências geográficas mais-que-humanas.

O *mundo mais-que-humano* é um conceito proposto pela ecofenomenologia de Abram (1996) para designar o somatório de fenômenos, entidades e experiências que envolvem e superam os seres humanos.

Ele expressa o enovelamento telúrico de animais não-humanos, plantas, efeitos atmosféricos, solos, rios, objetos, entre outros, como forma de superar a ideia antropocêntrica e dualista sobre o ambiente.

Trata-se de um retorno à “natureza” nela mesma (WOOD, 2003). Esse enfoque possibilita evidenciar as articulações pluriversais e mais-que-humanas que entrelaçam as espacialidades de arruinamento evidenciadas nos topocídios. Desse modo, a ecofenomenologia expande a compreensão sobre as intencionalidades que são vulnerabilizadas ao serem cindidas as condições existenciais dos lugares.

Tramas dos lugares

Lugar é um conceito que explicita a expressão geográfica dos modos pelos quais as experiências dotam uma determinada espacialidade de sentido e significado, como afirmou Tuan (2013). Cada lugar desdobra emergências de *lebenswelten* (mundos-de-vida) que estão dispostos à dinâmica conexa de existências intrincadas à sensorialidade corpo-motriz daqueles que com ele interagem.

Lugares são fenômenos indissociáveis das multiplicidades de formas de vir-a-ser que a eles se associam. Eles são entrelaçamentos em que a espacialidade, os seres sencientes e as intencionalidades se misturam alquimicamente de modo a convergirem em um *aqui-agora* fenomênico permeado por possibilidades corporais e interativas. Em transcendência a uma situação estanque, eles são dotados de dinamismo porquanto envolvem trocas afetivas e experienciais que transformam os seres nelas envolvidos.

Para Seamon (2018, p.2, trad.), os “lugares funcionam como campos espaciais que reúnem, ativam, sustentam, identificam e interconectam coisas, seres humanos, experiências, significados e eventos”. Segundo o autor, os fenômenos de lugar são emersões que emaranham encontros e movimentos. Cada qual em sua situacionalidade, os lugares são nexos de experiências que sintetizam topologias de ser-do-mundo.

Lugares podem ser compreendidos como o *onde* originário pelo qual é possível a ontogênese dos fenômenos e da reprodução da existência. Conforme aponta Trigg (2012), estar lugarizado é uma condição para ser-no-mundo, pois sempre me encontro em *algum lugar*. Os seres e os corpos precisam desse *aqui-agora* fenomênico, pois as experiências, especialmente as habitacionais, ocorrem em um espaço que transcende a geometria.

Como sumariza Murchadha (2015, p.35, trad.), “todas as coisas ocorrem em um lugar, estão em lugares e o lugar é aquilo que as tornam possíveis como coisas”. Fenomenologicamente, o lugar é esse campo poroso em que os mundos experienciais compõem as tramas em que a realidade geográfica se perfaz em relações corporificadas.

Ter um corpo e ser-no-e-do-mundo é estar lugarizado e disposto a ser metamorfoseado por essa relação ontológica. Em transcendência a um todo indistinguível, os lugares são os *loci* da fenomenalidade habitacional por onde coisas, seres e eventos consubstanciam formas de construir, viver e existir *com, pela e na* realidade geográfica. A lugaridade embasa existencialmente o (de)morar-se nesse *aqui-agora* terreno.

Por serem decorrências de geograficidade, da relação concreta que liga os seres à Terra (DARDEL, 2011), os lugares são teias de intencionalidades irradiadas da experiência telúrica. Na concepção ecofenomenológica de Abram (1996, p.111, trad.), “cada lugar tem seu próprio dinamismo, seus próprios padrões de movimento, que engajam os sentidos e se relacionam a eles de modos particulares, instilando humores e modos de atenção”. Eles expressam as pluralidades de sciências terrestres e as maneiras que suas experiências habitacionais se desdobram.

Nesse sentido, a perspectiva da ecofenomenologia colabora para expandir os horizontes de consciências abarcados pelas coexistências na e da Terra. Nas multiplicidades de formas de ser-no-e-do-mundo, os vários habitantes terrestres constituem lugares que são realizados por meio de trocas, tensões e atravessamentos. Em revés a uma capacidade determinada pelas intencionalidades humanas, o lugar é uma sinfonia de arranjos multi-espécie. Fazer-lugar é, logo, uma potencialidade fenomênica partilhada por todas as entidades, pássaros, cachorros, cactos, cogumelos, entre outros, que (con)vivem na realidade geográfica.

Como expressa Despret (2019, p.41, trad.), “eu digo habitar, porém deveria dizer coabitar, posto que não há uma maneira de habitar que não seja, antes de mais nada, coabitar”. Nesse sentido, a experiência de lugar é irreduzível a um cosmo solipsista e subjetivista, ela é um contínuo horizonte fenomênico de intersubjetividade e intercorporeidade coabitacional. Os lugares desdobram somatórios de entidades com sciências, esquemas corpo-motriz e intencionalidades que se articulam *ad infinitum* em ecos polifônicos das experiências geográficas.

Esse devir de coabitação imbrica mundos mais-que-humanos que se entrelaçam no *aqui-agora* fenomênico dos lugares. Coabitar um lugar é estar imerso em uma tessitura por vezes imperceptível de relações com outras formas de ser-no-e-do-mundo, como aquelas advindas dos animais não-humanos, das plantas, dos fungos, das bactérias, dos vírus, das rochas, dos fenômenos troposféricos, dentre muitos outros horizontes de vir-a-ser. Dotadas de suas próprias sciências e intencionalidades, elas são também protagonistas dos fenômenos de fazer-lugares.

Simms (2014, p.14, trad.) incita que “ir a fundo em um lugar significa entender seus ritmos e suas teias de seres: a mudança das luzes sob os rios na manhã, a migração dos pássaros, os primeiros lírios da primavera, os fluxos de seres humanos e não-humanos que são meus vizinhos”. Na condição de fenômenos porosos, os

lugares possuem dimensões mais-que-extensivas que articulam ritmos coabitacionais que expressam a pluralidade existencial da Terra. Os vizinhos e parentes mais-que-humanos fazem-lugares que amarram histórias e vidas do (de)morar no incontornável contato multi-espécie.

Engajar-se corpo-sensorialmente com as condições terrestres em que a realidade geográfica se presentifica e se lugariza na vida é se encontrar em mundos de ciclicidades e ritmos diversificados, conforme aponta Abram (1996). Entender os lugares como *loci* de coabitações colabora para desconstruir o antropocentrismo rumo ao reconhecimento das teias polifônicas de experiências costuradas pelas variações de ser-na-e-da-Terra.

Assim como Wood (2003), Toadvine (2013) argumenta que a própria noção de ambiente é uma reificação que centraliza e cria divisões artificiais entre os seres humanos e a natureza da qual nós somos apenas uma ínfima parte. Considerar os mundos mais-que-humanos como nexos do fazer-lugar é, portanto, também enfrentar a cisão cartesiana que apartou nossa espécie do restante dos nossos parentes e vizinhos terrestres. São relacionamentos mutualmente constitutivos que pluralizam as experiências de lugar na condição de cristalizações transcendentais a dualismos, como cultura-natureza, humano-animal, senciente-inerte, entre outros.

Todos os seres que coabitam esse planeta são entidades que compõem, arranjam e compartilham lugaridades por meio de suas capacidades afetivas – isso é, de afetarem e serem afetados por fenômenos e entidades. Na concepção ecofenomenológica isso é particularmente nítido entre os viventes. Como escreve Pintos (2010, p.336, trad.), “nenhum ser vivo pode ser corporalmente des-localizado (*de-located*), pois está sempre na situação concreta de sua corporeidade. Isso faz com que todos os animais sejam, em si, os ‘pontos iniciais’ de onde irão perceber tudo aquilo que os envolvem”.

Mais que detentores de *umwelten* (ambiências) intuitivas, as variações corpo-experienciais viventes são coprodutoras e coabitantes de *lebenswelten* associativos. Suas percepções, disposições e sensorialidades corporificadas emergem como entrelaces que costuram as potencialidades coabitacionais em que mundos mais-que-humanos realizam interações intersubjetivas e intercorporais. São enovelamentos pluritópicos e polifônicos que complexificam os ritmos e os ciclos dos lugares.

Conforme também evidenciam David e colaboradores (2019), todos os seres viventes possuem emoções – respostas afetivas a uma situação – que foram e têm sido identificadas em diversas ciências. Esses afetos mais-que-humanos correspondem a contextos que enlaçam múltiplas espécies, assim como entidades inertes. Rochas, chuvas ou rios, por exemplo, afetam os ritmos e condições coabitacionais que arquitetam os lugares do *aqui-agora* onde a experiência geográfica aflora em sua plenitude.

Em acordo a Trigg (2012, p.33, trad., grifos no original), “os lugares em que vivemos, vivem em nós. Mais precisamente, esses lugares vivem em nossos corpos”. Na condição de extrusões terrestres das pluralidades de vozes mais-que-humanas, os lugares (con)vividos em nossos corpos se tornam *loci* de narrativas de geografidades mais-que-humanas presentes e ausentes, materiais e imateriais, viventes e inertes. Pela compreensão ecofenomenológica, as tramas dos lugares são compósitos experienciais coabitacionais de tempos-espacos existenciais dos ciclos e ritmos de ser-na-e-da-Terra.

Os lugares são teias de coabitações mais-que-humanas que explicitam como os fenômenos e as entidades entrelaçam misturas alquímicas de geografidades. Como arranjo polifônico de intencionalidades multi-espécie, o fazer-lugar traduz a espacialidade primal do entrelace terrestre que possibilita que existam experiências geográficas.

(Des)encontros do topocídio

Compostos por enovelamentos experienciais, os lugares incorrem em pluralidades de condições que incorrem em precariedades partilhadas pelas entidades que os consubstanciam. Dado que as entidades terrestres estão expostas a riscos, a ameaças e a uma miríade de eventos que podem encerrar vidas, destruir relações ou irromper em novas formas de vir-a-ser que ameaçam as condições preexistentes, os lugares também são densos em (co)vulnerabilidades.

Isso implica que a lugaridade não é um todo estanque indisposto à transmutação e à desconstrução de seus ritmos e mundos mais-que-humanos. Segundo Murchadha (2015, p.37, trad.), “estar no lugar é ser disposto ao desalojamento, morar é também estar com o arruinamento, mover é simultaneamente ser movido e ser espacial é também ser sujeito à espacialidade”. Destarte, é basilar compreender que os lugares, conjuntamente aos seres a eles correlatos, estão expostos ao risco de destruição e de arruinamento, fenômeno conceituado como *topocídio*.

Porteous (1988) definiu o topocídio como o assassinato ou óbito de um lugar. Essa concepção teve por objetivo explicitar as maneiras pelas quais há processos disruptivos que destroem ou impedem a formação de entrelaces que conformam as lugaridades. Isso pode ocorrer quando há uma catástrofe que destrói residências ou uma dada área é demolida para ceder espaço a algum empreendimento, por exemplo.

Porteous e Smith (2001) elaboraram um segundo termo que visa especificar uma decorrência do topocídio: o domicídio. A ideia desse conceito posterior é salientar os efeitos para aqueles que vivem no/o lugar que foi alvo da violência expropriadora. O “assassinato” do lar consolidado no conceito de domicídio é por eles definido como “a destruição deliberada de lares por meio da agência humana em busca de um dado

objetivo, o que causa sofrimento a suas vítimas” (PORTEOUS; SMITH, 2001, p.21, trad.).

Embora a elaboração dos autores inicialmente almeje a superação do conceito de topocídio, considero que ela estaria ligada a um tipo específico e intencional dos fenômenos topocídicos que envolvem a destruição de residências. Logo, o conceito de topocídio expressa uma experiência fenomênica mais abrangente na qual há disrupções dos componentes basilares que dão definição a um dado lugar. Esses podem ser elementos topofílicos, topofóbicos tanto quanto um espectro de ambiguidades entre ambos.

O topocídio pode ser compreendido como um fenômeno em que uma dada condição estabelecida de coabitação lugarizada é desfigurada por algum acontecimento ou projeto que impede sua continuidade. É o caso, por exemplo, do que ocorre quando há a construção de uma represa que alaga e soterra residências humanas e não-humanas. Ele também pode ser um processo no qual o lugar que existia antes é alterado ao ponto de não corresponder mais a definição pretérita, como seria o caso de uma casa que foi demolida para a construção de um condomínio vertical.

É basilar ressaltar que o topocídio *não é* o fim absoluto de um dado lugar, a destruição espaço-temporal de uma forma socioespacial. De fato, ele opera uma espécie de dismorfia em que os sentidos e definições prévias deixam de condizer com a presentificação do lugar arruinado.

Ao abordar essa dimensão dos vínculos de lugar que ocasionam desencontros, Marcus (1992) discorreu que o retorno aos lares ou paisagens de nossa infância usualmente são permeados por afetos perturbadores. Especialmente nos casos em que esse lugar foi demolido, renovado ou irreversivelmente modificado, as memórias que conformavam ancoramentos ao lugar pretérito são arruinadas pelo reencontro entremeio ao topocídio. Embora as lembranças permaneçam, elas não mais condizem à realidade geográfica materializada naquela espacialidade.

É como se o lugar se tornasse um membro fantasma em que ainda tenho uma certa lembrança e conexão motriz com a parte do corpo amputada. Contudo, na experiência efetiva, ela opera um desconcerto, algo que ao mesmo tempo está e não está ligado a mim. Nem o lugar, nem eu, somos mais os mesmos.

Os fenômenos de topocídio são sentidos de desencontro, sensações ecoantes de que há alguma coisa agonizante, errada e/ou desconexa no circuito corpo-perceptivo preestabelecido. O topocídio é um perturbador desencontrar entre a ideia do lugar como ele era antes e o lugar arruinado. Ele expressa uma geografia assombrada pelo desencaixe.

É o caso de minha experiência pessoal com a “casa da velha” onde morava minha bisavó paterna que faleceu mais de uma década antes de meu nascimento. Essa residência abandonada ocupava o mesmo terreno

da casa de meus avós e era um local onde me aventurava durante as férias pueris. Durante minha infância, os seus coabitantes principais eram gatos e seus filhotes que usavam alguns de seus cantos como ninhos. Ela era um lugar onde eu, meu irmão e meus primos contávamos, inventávamos e performávamos histórias sobre pretensas assombrações que nela aconteciam.

Essa situação foi alterada quando a irmã de minha avó decidiu retornar a Alfenas/MG, reformar a casa de sua mãe e morar nela. A “casa da velha” que conheci e (con)vivi foi destruída. Embora a estrutura seja a mesma, se trata agora de um outro lugar que se desencontra com as minhas experiências, memórias e expectativas. O topocídio efetivado por minha tia-avó me faz perceber que sinto saudades dessa casa em que nunca morei, mas cujos gatos, a jabuticabeira hoje cortada do quintal e os fantasmas ainda estão vivos como parte de quem eu sou e dos lugares que componho ao coabitar.

Ao adentrar e visitar meus parentes que atualmente moram nela, sou tomado por um misto de luto e desconforto. Por mais que conheça cada cômodo e canto daquele lugar, ele definitivamente não é mais a “casa da velha” coabitada por animais, plantas e pelos materiais recicláveis que meu tio nela acumulava. Ela é um Outro, um completo estranho que me causa angustia em todo momento que a adentro. O topocídio é justamente essa experiência de (des)encontro com um lugar que persiste em meu corpo como um “duplo”.

Os afetos gerados pelos fenômenos dos topocídios são coprodutores de ambiguidades que desvelam a complexidade da permanência-destruição do lugar. Cada qual em suas particularidades, os lugares assolados pela desfiguração característica dessa condição demonstram que as definições e os significados das lugaridades estão dispostas à entropia que os dissolve existencial e concretamente.

Essa condição é também evidenciada nas *Pequenas Memórias* redigidas por José Saramago (2006). Nesse livro autobiográfico, ao retornar aos lugares que marcaram sua infância o romancista reflete que:

Já não existe a casa em que nasci, mas esse facto é-me indiferente porque não guardo qualquer lembrança de ter vivido nela. Também desapareceu num montão de escombros a outra, aquela que durante dez ou doze anos foi o lar supremo, o mais íntimo e profundo, a pobríssima morada dos meus avós maternos, Josefa e Jerónimo se chamavam, esse mágico casulo onde sei que se geraram as metamorfoses decisivas da criança e do adolescente. Essa perda, porém, há muito tempo que deixou de me causar sofrimento porque, pelo poder reconstrutor da memória, posso levantar em cada instante as suas paredes brancas, plantar a oliveira que dava sombra à entrada, abrir e fechar o postigo da porta e a cancela do quintal onde um dia vi uma pequena cobra enroscada, entrar nas pocilgas para ver mamar os bácoros, ir à cozinha e deitar do cântaro para o púcaro de esmalte esborcelado a água que pela milésima vez me matará a sede daquele Verão. (SARAMAGO, 2006, n. p.)

A Azinhaga de Saramago, terra natal que o então Zezito habitava, o lugar que ele narra, deixou de existir materialmente. Ele sofreu um topocídio por ter sido desfigurado de modo semelhante à “casa da velha” em que coabitei durante parte de minha infância. Ambas permanecem, contudo, como “duplos” experienciais do lugar pretérito. São como membros fantasmas que permanecem no devir das nossas experiências

geográficas.

Tal condição também pode ser exemplificada quando Zezito pondera sobre as mudanças promovidas pela Comunidade Europeia para favorecer os latifundiários que cometeram o topocídio de seu lugar. Em uma passagem, o romancista português conclui que: “não estou a chorar a perda de algo que nem sequer me pertencia, estou só a tentar explicar que esta paisagem não é a minha, que não foi neste sítio que nasci, que não me criei aqui” (SARAMAGO, 2006, n.p.). Saramago situa a operação de um desencontro de sentidos que compõem a tessitura mais-que-humana da vida e da morte dos lugares.

Topocídios usualmente envolvem o sofrimento, pois eles fazem parte de como a geograficidade está disposta ao devir. Isso não significa que eles são necessariamente determinados por afetos negativos, mas que o luto que eles evocam mormente são marcados por agravos, desconfortos e desencontros com nossas próprias condições de seres viventes que estão intrincados em teias de finitude por vezes des-localizadas.

Segundo Marandola Jr (2018, p.79), “o deixar-de-ser está presente nos lugares tanto quanto o ser, em suas possibilidades”. A destruição, a ruína e a finitude são componentes incontornáveis da experiência de ser-da-Terra. Mesmo as resolutas rochas, estão dispostas a ciclos de metamorfose, calcificação e reconstrução. Dessa maneira, a dinâmica de topocídio, de “permanência” da realidade geográfica que foi destruída na condição de arruinamento, é uma experiência espacial de *dismorfia do lugar*.

O sentido de *dismorfia* gerado pelo topocídio é uma experiência similar a uma pessoa que se encontra com seu próprio corpo. Trata-se de uma espécie de disposição atenta para aqueles aspectos que mudaram, se transformaram e não mais condizem com o horizonte de relações mais-que-humanas que compunham aquele lugar.

Em função dessa condição mais-que-humana do dismorfismo experienciado pelas variadas entidades que têm seus lugares desfigurados pelo topocídio, eles mobilizam afetos empáticos que envolvem a comoção, a compaixão e a solidariedade, assim como o desespero, a perturbação e a agonia. Marandola Jr (2021, p.123) pontua que o ponto nevrálgico dessa questão é que “trata-se de atingir o fundamento da sua própria existência e, com isso, eliminar a possibilidade da própria vulnerabilidade”.

Topocídios nos perturbam e nos atormentam porque são possibilidades que assombram os lugares onde constituímos quem nós somos, sejamos nós humanos ou não. Cada lugar comporta também a potencialidade destrutiva que abriga em seu interior. Valorizamos, refletimos e pensamos sobre os lugares que marcam nossa vida, pois nos vulnerabilizamos em abertura a seus sentidos.

Hutton (2020, p.45, trad.) colabora para o entendimento dessa problemática ao discorrer que o

“topocídio gera uma forma de luto que é ao mesmo tempo pessoal, coletiva e política. A perda de uma paisagem é uma experiência traumática. O impacto psicológico pode ser tão significativo quanto durável”. O enovelamento que é desfeito pelo topocídio pode ser um algoz que atormenta aqueles que foram expulsos pelas condições do des-localizar, especialmente nos casos de movimentos compulsórios.

São vínculos de lugares que potencialmente foram vorazmente rasgados, dilacerados, cindidos e reelaborados em geografias arruinadas de traumas e tragédias. Ao serem desalojados subitamente, como recorrentemente ocorre com as famílias humanas e não-humanas flageladas pelos deslizamentos de terra no Brasil, o lugar em que moraram por anos é desconstruído com sua presentificação, agora soterrada.

Sem por vezes o tempo ou o digno respeito ao luto pelos seus lugares, as vítimas também têm de lidar com a perda de amigos, parentes, filhos e conhecidos que foram violentados durante o processo de topocídio. São formadas teias de precariedades mais-que-humanas em que os fenômenos troposféricos, as memórias dos domicílios, as dinâmicas geomorfológicas, as políticas públicas, a difusão pela imprensa, os animais, as plantas e todo um arranjo heterogêneo de entidades que lá coabitavam sofrem coletivamente com as disrupções de suas articulações de vir-a-ser-com.

Ao mesmo tempo em que o topocídio, em certo nível, mata aquele lugar, ele cria novos lugares entre aqueles que o sobrevivem. São lugaridades de covulnerabilidades partilhadas advindas dos nexos de manutenção da existência de (sobre)vivência nas precariedades situacionais. Na intercorporeidade desses fenômenos, as tessituras intersubjetivas arranjam afetos de ambiguidade onde o luto pelo lugar cindido se mistura à esperança com o lugar (re)construído.

Trigg (2012, p.276, trad.) discorre que “o lugar do trauma vibra com uma linguagem indireta, bloqueada da interpretação e que desloca a certeza do ‘eu’, da memória e do lugar”. A condição topocídica e os afetos que dela ecoam são arranjos de perplexidade desconcertante que colocam as entidades afetadas em situacionalidades permeadas pela precariedade e pela angústia. O lugar traumático das geografias arruinadas associa fenomenalidades intensas que podem atravessar múltiplas gerações.

Essa situação é evidente na situação pós-apocalíptica em que vivem os povos indígenas das Américas desde seu *encobrimento* pela colonização europeia, como descrevem Danowski e Castro (2017). Há entre vários desses povos um afeto angustiante de iminente finitude de seus lugares em decorrência das violências articuladoras de ecocídios, topocídios, genocídios e epistemicídios.

Quando as terras de seus ancestrais não foram diretamente violadas pelos invasores, eles foram desalojados e levados para locais desprovidos de contatos com os parentes humanos e não-humanos com quem constituíram seus vínculos de lugar. Os horizontes mais-que-humanos de suas realidades geográficas

têm uma base tópica que é desencontrada ao se transmutarem os ciclos climáticos, os vizinhos vegetais ou a própria paisagem que embasa suas cosmologias.

Os povos indígenas das Américas têm lugares permeados por feridas e cicatrizes de topocídios. Esses permanecem como memórias, afetos ou assombrações que os recordam da tessitura de precariedades e covulnerabilidades que embaraçam suas lugaridades. O topocídio, como processo abrangente de vulnerabilização, é esse fenômeno de polinização de afetos e geografias arruinadas.

O trauma de proximidade da finitude do lugar, do cerramento dos horizontes de futuridades intergeracionais é algo que perpassa pelas cosmologias dos vários povos afetados pelas condições desorientadoras das mudanças climáticas. Esses fenômenos topocídicos desarticulam as teias mais-que-humanas que estão no centro das suas lugaridades. Desse modo, as experiências geográficas dos povos indígenas das Américas descritos por Danowski e Castro (2017) exemplificam a difusão de lugares pós-apocalípticos semelhantes às narrativas distópicas da ficção científica.

Essas situações tendem a se multiplicar em razão da maneira pela qual o modo de produção hegemônico continua a operar as máquinas topocídicas que fissuram mundos e ecologias. Abram (2014, p.129, trad., grifos no original) expressa que “ao *tratar* o mundo material como um objeto onde nós mesmos estamos ausentes, nós estamos rapidamente demolindo a habilidade da biosfera de suportar nossa presença humana”.

A cisão cartesiana é uma das raízes da intensificação desse processo em que o especismo humano se torna legitimador para o topocídio e o arruinamento de articulações pluritópicas mais-que-humanas. Ver-se como apartado dos enovelamentos de mundos não-humanos foi fundante para a efetivação das múltiplas violências topocídicas que estabelecem a modernidade ocidental. Segundo Berque (2016, p.351, trad.):

A enfermidade de nossa ciência é ser incapaz considerar simultaneamente a substância das coisas e a nossa existência. Essa parte certamente nos permitiu adquirir maestria sobre a natureza compreendida como objeto, porém, ainda mais, ela nos tornou desviados da realidade de nossa ligação com a Terra

Para as sociedades afligidas por essa enfermidade descrita por Berque (2016), a proliferação do descolamento da ligação basilar com a Terra resulta em arruinamentos das possibilidades cognitivas de relação com os lugares que coabitam. Os desarranjos ecológicos provocam situações de geografias desconcertantes, especialmente evidentes entre aqueles que são vilipendiados pelos topocídios.

As condições contemporâneas são conducentes à reprodução *ad nauseum* de máquinas de fazer-ruína que tensionam os lugares em ciclos viciosos de precariedades. As florestas tropicais em chamas, as ondas de calor cada vez mais frequentes ou as ilhas de plástico que se multiplicam pelos mares exemplificam geografias arruinadas que se espriam, topocídios que se direcionam às disrupções de mundos mais-que-humanos.

É essa dinâmica de geografias de arruinamentos producentes de *deathscapes* (paisagens da/de morte) tofóbicas que Porteous (1987) evidenciou ao analisar a literatura de Malcolm Lowry. O geógrafo interpreta que na perspectiva do romancista canadense a própria urbanização seria um fenômeno topocídico em série. Nas narrativas de Lowry, ao destruir biomas e erigir arranha-céus, se arquitetam “construções falsas” onde as cidades são “predadores” que matam os lugares onde se instalam.

Lugaridades traumáticas ecoam das disjunções da modernidade euro-anglo-cêntrica. Nesse contexto, topocídios são reiteradamente cometidos pelo Estado ou pelas empresas. Segundo Hutton (2020), nesses casos as perdas são legitimadas como usos “produtivos” para um “bem maior” e aqueles que defendem seus lugares são estigmatizados por obstaculizarem o “progresso”. Deslegitima-se, portanto, o luto e o sofrimento mais-que-humano ocasionado pelo topocídio.

É o que Malheiro e Cruz (2019) demonstram pela via de uma perspectiva descolonial na análise das territorialidades de exceção produzidas por grandes projetos, como usinas hidroelétricas ou megaempreendimentos de mineração. Ao construir essas estruturas, o Estado opera processos topocídicos intencionais por meio dos quais os lugares foram dinamitados, soterrados e alagados. Concomitantemente, é difundido um discurso de legitimação do topocídio em função do “imperativo nacional”, o qual compõe uma nova violência contra as vítimas.

Similarmente ao caso brasileiro, nos Estados Unidos da América, há também processos pretéritos e em curso de topocídios financiados pelas instituições governamentais, muitas vezes com apoio da mídia hegemônica. Conforme descreveu Dando (2009) na sua interpretação das *deathscapes* das Grandes Planícies do interior norte-americano, ao associar esse lugar com a morte, a imprensa e as entidades estatais instalam as condições necessárias para o topocídio. Isso viabiliza a instalação de grandes projetos e a execução de políticas públicas que expulsam ou destroem os lugares.

A inquietação com os fenômenos topocídicos contemporâneos é que eles explicitam o que Echeverri e Muños (2014, p.21, trad.) incitam ao salientar que se faz fundamental “colocar entre parêntesis a racionalidade que reduziu os corpos vivos a corpos amputados da terra”. As fraturas do fazer-lugar mais-que-humano são ocasionadas por práticas ancoradas no paradoxo da acumulação econômica infinita em um planeta com materiais finitos.

Topocídios como os da Vale em Mariana/MG em 2015 e em Brumadinho/MG em 2019 ecoam essa racionalidade artificial de cisão humano-natureza que fissa as sinfonias pluriversais do fazer-lugar entre horizontes multi-espécie. Além da tragédia das casas de seres humanos que foram soterradas, os lugares pluralizados pelas intersubjetividades mais-que-humanas são acometidos pela violência extrativa.

Os topocídios que se expandem em função do modo de acumulação capitalista têm por resultado a construção de lugaridades arruinadas, geografias traumáticas de tanatologias destrutivas. Nos (des)encontros dessas espacialidades de dor, de agonia e de sofrimento para diferentes entidades humanas e não-humanas, são espalhados soterramentos de condições de ser-na-Terra. As irrupções destrutivas das articulações de mundos interespecies dos lugares expõem as auguras dos ecocídios e domicídios que concretizam as ruínas em que temos ou teremos que coabitar no futuro próximo.

Ruínas dos lugares

As dinâmicas motrizes dos lugares são decorrentes de processos corpo-sensoriais a ele relacionados. Cada lugar tem um devir que o envolve em associações entrópicas de potenciais decaimentos ou destruições. Na perspectiva de Morris (2004), o lugar dá origem ao movimento em relação às entidades que com ele se relacionam e, desse modo, as lugaridades estão dispostas às temporalidades que as desconstroem ou as transformam em outras experiências geográficas.

Os lugares se situam em mobilidades que incluem a tanatologia das entidades viventes. Como arranjos mais-que-humanos, os lugares abarcam modos de viver e morrer entre mundos coexistentiais. Nas potencialidades latentes dos entrelaces dessas entidades, a inescapável finitude expressa no topocídio é algo que corresponde às maneiras em que as experiências se corporificam no *aqui-agora* da realidade geográfica. De acordo com Marandola Jr (2018, p.81):

Morte e vida são fundamentos dos lugares e nem sempre é fácil digeri-los. A vida, nunca nos esqueçamos, é muitas vezes a razão do desespero. Em vez de dimensões que se sucedem, estas constituem os lugares de forma misturada, neste espaço-entre do ser e ainda-não ser.

O arruinamento dos lugares é parte e condição da covulnerabilidade que os tornam possíveis na condição de *loci* de vínculos afetivos mais-que-humanos. Perda, finitude e deixar-de-ser são experiências terrestres basílicas na partilha de senciências lugarizadas. Lugares arruinados são expressões agudizadas das tanatologias de ser-na-e-da-Terra, de ser-com a realidade geográfica em seu devir metamórfico.

Conforme explicita Seamon (2018), sem que haja um esforço construtivo para a manutenção contínua de um lugar, ele tende a ser entropicamente redefinido pela violência, desintegração ou irrupção topocídica. Ao serem desenlaçados os arranjos de entidades que compõem uma lugaridade, sua vulnerabilização é hipertrofiada pelas condições fenomênicas que a reconstituem na condição de uma ruína.

O processo de arruinamento não é um encerramento completo da futuridade de um dado lugar, mas a abertura para ressignificações e redefinições recorrentemente angustiantes. Para os seres que eram ligados

ao “duplo” pretérito, ele é transmutado em um campo significativo daquilo que restou, dos resíduos e lembranças pós-topocídicos. As ruínas dos lugares são lugaridades determinadas por desarranjos e desencontros que explicitam a extrusão do passado não retornável no *aqui- agora* fenomênico.

Segundo Trigg (2012), as ruínas possuem um relacionamento ambíguo com o mundo, pois são lugares que preservam ao mesmo tempo que erodem a materialidade do lugar que sofreu o topocídio. O decaimento visível nas extrusões das geografias arruinadas são configurações de uma realidade geográfica permeada pelo calcinado, pelo destruído e pela lembrança dismórfica de como era o lugar.

Mais que um local exposto aos elementos, a “inclusão da ‘ruína’ aponta para uma dinâmica abrangente na fábrica do espaço-tempo, de modo que o lugar em questão continuará sempre com as cicatrizes dos eventos que lá ocorreram, independentemente do que se mantém dos resíduos físicos do ocorrido” (TRIGG, 2012, p.269, trad.). Elas podem se manifestar nas memórias assombradas pela atividade que ocupa o lugar destruído ou mesmo nas histórias narradas sobre o lugar antecedente.

Embora envolva a emergência de um desencontro com a experiência pretérita, com o “duplo” dismórfico que não corresponde ao lugar arruinado, a ruína é inerentemente ancorada ao presente. Ela atualiza o passado como extrusão presentificada e materializada nas geografias de arruinamento. A ruína indica uma força condutiva de transcendência do pretérito como experiência do e no *aqui- agora* lugarizado.

Segundo Trigg (2012), as ruínas apresentam a ambiguidade entre a presença dos resíduos do arruinamento e a ausência do lugar destruído. Ao cristalizar essa espacialidade de ruptura, as ruínas materializam composições de persistências em que as memórias colidem e contrastam com as condições contemporâneas. Elas monumentalizam a disjunção como um lugar de angústia e (des)encontro.

Cada ruína expressa a transacionalidade da existência dos lugares, a condição pela qual eles estão dispostos ao topocídio. Elas expõem as maneiras que as lugaridades são dotadas de potenciais arruinamentos decorrentes da capacidade destrutiva da entropia inerente aos mundos mais-que-humanos e às violências extrativas do modo de produção hegemônico que des-localiza entidades.

Ao persistirem na condição de *deathscapes*, as ruínas dos lugares são também extrusões memoriais, espécies de *memento mori* dos (des)encontros dos topocídios. Os lugares arruinados que as compõem são efervescências do vir-a-ser destrutivo que propõe o devir geográfico rumo aos potenciais desarranjos situacionais. As ruínas nos recordam da transitoriedade das realidades geográficas onde constituímos nossas existências em misturas intercorporais mais-que-humanas, conscientemente ou não.

Arruinamentos geram lugaridades permeadas pela desolação topocídica, de modo a materializarem

os resultados desses fenômenos. De acordo com Gabriel (2022, p.4), as “ruínas são fator de convergência de histórias e memórias individuais, não só coletivas”. Como decorrências dos topocídios, as ruínas são entrancamentos de corpos, de narrativas e de formas de devir-lugar destruídos pela convergência do arruinar, similares aos apresentados na instalação *Linda do Rosário*, de Adriana Varejão (Figura 1).

Figura 1: Adriana Varejão. *Linda do Rosário* (2004). Instituto Inhotim (Brumadinho/MG).



Fonte: Acervo fotográfico do autor, 2018.

Essa instalação de arte contemporânea associa-se a constituição de geografias arruinadas por se remeter ao desabamento de um quarto do hotel homônimo no Rio de Janeiro/RJ em 2002 e que vitimou um casal. Encontrados nos escombros, os corpos entrancados das duas pessoas fundem-se às paredes e ruínas artísticas manifestas na obra. Observar os restos mortais pintados sobre as paredes de azulejos cria uma sensação ambígua de desconforto e fascínio tanatológico.

A matéria da construção foi fundida aos corpos vitimados, formando um aspecto de vísceras que afloram na parede. As entranhas vazam e parecem pulsar aos olhos daquele que imerge na instalação. Os topocídios, como apresentam as ruínas de Adriana Varejão, são desdobramentos que não se encerram no evento entrópico, pois se projetam para o instante geopoético como atualização da angústia a ele relacionada.

O arruinamento se cristaliza na condição de uma presentificação que impede o esquecimento do fenômeno trágico. No sentido de que “uma ruína é uma construção que mostra a fragilidade do morar” (MURCHADHA, 2015, p.30, trad.), não permitir esquecer é também manter viva a revolta contra a expansão das fissuras e abismos das teias de precariedade que irradiam dos topocídios.

Na condição de *memento mori*, as ruínas convergem tragédias e traumas historicamente distantes que se encontram na temporalidade e espacialidade fenomênica do *aqui-agora* lugarizado. Como um tipo de experiência afetiva (TRIGG, 2017), a angústia do topocídio é uma espécie de (des)encontro com o lugar dismórfico do arruinamento. Sua dimensão de destrutividade ecoa nas vítimas mais-que-humanas.

Marandola Jr (2021, p.123) argumenta que “a aniquilação do lugar ou da casa, no entanto, vai além da consciência da mortalidade ou da antecipação e do medo do vazio: ela materializado o sentido de morte, vivificando tal experiência”. Ao salientar as covulnerabilidades partilhadas pelos entes terrestres e a inevitabilidade da finitude dos fenômenos, a ruína torna evidente a dimensão existencial de ser-da-e-na-Terra.

Geografias arruinadas são enovelamentos de afetos angustiantes de dor, agonia e finitude. Suas disposições intercorporificadas entrelaçam brutalidades que reproduzem distopias topocídicas. Ruínas sedimentam as complexidades das situacionalidades disruptivas envoltas em sua gênese. Elas cristalizam as maneiras que as lugaridades cindidas se presentificam na condição de experiências de arruinamentos.

Esse desencontrar perturbador decorre do fato de que, conforme discorre Trigg (2012, p.200, trad.), “a materialidade do presente passa por uma mutação inconsciente para adotar a impressão de que o ‘eu’ anterior – isso é, o ‘eu’ agora perdido – permanece partícipe de um lugar no presente, um lugar que continua a prosperar”. As ruínas se introjetam nos mundos mais-que-humanos como experiências intersubjetivas e intercorporificadas do luto e da perda, de geografias tanatológicas onde o desejo da possibilidade de futuro é potencialmente negado.

Toda ruína é uma extrusão da realidade geográfica arruinada, dos lugares transmutados pelo decaimento. Elas indicam maneiras de vir-a-ser que foram desfiguradas pelo fenômeno dismórfico: são cicatrizes de lugaridades que enovelam passados partilhados. As coabitações interrompidas se concretizam nos resíduos assombrados e desconcertantes.

Gabriel (2022) pontua que os traços materiais que compõem os lugares arruinados são arquivos materiais e imateriais da memória coletiva. Eles demonstram as permanências das articulações de entidades mais-que-humanas que foram violentadas pelo topocídio. Na sua pluralidade de emergências dinâmicas, as ruínas são formas de coexistência dos lugares pré-topocídio com aquilo que eles se tornaram.

Geografias arruinadas plasmam transitividades em que a finitude aporta horizontes de emergências experienciais. Elas não são inerentemente angustiantes, contudo, expressam uma forma de vir-a-ser-lugar que perpassa pela geograficidade de des-localizar do deixar-de-ser.

As ruínas são indissociáveis dos fantasmas que as coabitam. Ao assombrar e perturbar, eles não

permitem que o arranjo de lugaridades pretéritas seja esquecido. Como explicam Gan e colaboradores (2017, p.6, trad.), os “fantasmas apontam para nosso esquecimento, nos mostrando como as paisagens viventes estão imbuídas de trilhas e traços pretéritos”. Os fantasmas se articulam às teias de definições, de memórias e de significados dos lugares arruinados por topocídios.

Os fantasmas são aquilo que restou das formas de vir-a-ser viventes que permaneceram na condição de vestígios presentificados (GAN et al, 2017). Ao assombrarem as ruínas, os fantasmas manifestam a dobra entre sofrimento e covulnerabilidade no âmago dos lugares. Eles se apropriam da realidade geográfica e a ancoram em uma temporalidade pautada pelo fenômeno topocídico.

O que sobreviveu após a devastação ocasionada pelo soterramento com a lama de dejetos tóxicos da extração mineral da Vale em Brumadinho/MG, por exemplo, são os lugares de arruinamentos assombrados. Habitadas pelos fantasmas mais-que-humanos dos que deixaram-de-ser e das angústias daqueles que continuam, essas ruínas demonstram a ferida latente que salienta as lembranças do topocídio.

O que assombra as ruínas são os infinitos horizontes de reexistências, metamorfoses e lugaridades trágicas em que os ecos dos topocídios criam ressonâncias. São geografias arruinadas que desvelam a (co)vulnerabilidade dos lugares. Os fantasmas que as rondam são as formas de vir-a-ser-interrompido, os *lebenswelten* destituídos de sua possibilidade de emergência plena no presente, mas que permanecem como vestígios.

Ruínas e assombrações são partes de acervos heterogêneos de memórias compartilhadas, traçados daquilo que é direta ou indiretamente selecionado como digno de ser lembrado (GABRIEL, 2022). Elas conformam experiências de lugares disruptivos onde a temporalidade fantasmagórica anuncia a vulnerabilização e a finitude: o *memento mori* de corpos e das lugaridades mais-que-humanas partilhadas em coabitar.

Como escreveram Gan e colaboradores (2017, p.1, trad.), “nossos fantasmas são traços de histórias mais-que-humanas por meio das quais ecologias são feitas e desfeitas”. Eles reverberam horizontes de mundos e geograficidades em que as tessituras das partilhas multi-espécie que dão gênese aos lugares foram cindidas por fenomenalidades topocídicas. Os fantasmas nos assustam ao recordar-nos e não nos deixar esquecer das condições de vulnerabilização dos lugares, especialmente nas situações topocídicas da construção de aparatos técnicos de violência extrativa – minas que dinamitam morros, usinas que afogam vales ou fábricas que soterram rios.

As ruínas dos lugares cindidos pela violência extrativa de materiais ou de energias terrestres enovelam entidades mais-que-humanas que foram afetadas pela angústia topocídica. São múltiplas espécies de animais,

de plantas, de ciclos atmosféricos, de rochas e de fungos que têm seus coabitares violados para *darem lugar* às geografias arruinadas fundantes do modo de vida ocidental contemporâneo.

Na raiz dessa máquina expansiva de fazer-ruína, está o antropocentrismo especista que impele os seres humanos a se apartarem dos parceiros não-humanos que partilham a Terra. Conforme provoca Abram (2010), ao se esforçarem para insular-se das outras formas de vir-a-ser-terrestre, os povos ocidentais cindiram das suas vidas o contato necessário com as entidades sem as quais os nossos lugares não existem. Negamos afetos àqueles que compõem e sofrem conosco nos lutos dos topocídios e das ruínas resultantes, esses seres que sinfonizam os horizontes pluritópicos dos coabitares.

O problema da irrupção de topocídios do presente das mudanças climáticas decorrentes do modo de produção hegemônico iniciado pela revolução industrial é que elas produzem ruínas que englobam o planeta em sua totalidade, problematiza Toadvine (2021). Essas condições afetam de modo assimétrico as populações em maiores graus de vulnerabilização socioambiental, especialmente as situadas no sul global.

Se as previsões continuarem a se confirmarem, o aumento da temperatura e o desequilíbrio ecológico acarretará no progressivo colapso de mundos e arranjos pluriversais mais-que-humanos. Lugares polifônicos de parcerias sensíveis às mudanças atmosféricas poderão ser cindidos por processos em cadeias que eclipsarão o destino de comunidades multi-espécie, assim como de suas práticas socioculturais atuais e ancestrais.

Os topocídios que irrompem das *deathscapes* petrocapitalistas contemporâneas são arruinamentos de condições articuladoras de lugaridades sinfônicas que podem passar a serem definidas pela tragédia e pela angústia. Não há garantias de novos começos ou de reinvenções para várias das entidades ameaçadas de extinção que são disjuntadas pela fenomenalidade apocalíptica do arruinar da caldeira ocidental de produção de ruínas.

As fissuras ecológicas antropogênicas são flagelamentos intercorporificados e intersubjetivos que ameaçam as nossas capacidades de (con)viver em teias coabitacionais. Não se trata apenas da potencial ruína de *um* mundo, mas da própria fenomenalidade dos mundos que compomos na condição de seres (TOADVINE, 2021). Elas nos perturbam, como no caso da angústia climática, por nos assombrarem como fantasmas e ruínas que interrompem a futuridade de nossa espécie e de vários de nossos parentes não-humanos.

Fenomenologicamente, as catástrofes nos perturbam intercorporalmente, pois, como reflete Berque (2016, p.346, trad.), “a natureza, ela já viu outras [catástrofes]. Na escala do universo, ela conhece cataclismas que não temos sequer ideia. É o nosso mundo que têm risco de perecer”. Os fins dos mundos que coabitamos implicam nessa violência contra modos de ser que emergem nesse planeta e que podem sofrer decaimentos.

Entremeio às experiências geográficas de arruinamento dessa civilização, outros modos de ser-da-e-na-Terra podem ou poderão emergir, como as plantas e outros seres que se lugarizam adaptando-se às ruínas que deixamos. Novas sinfonias mais-que-humanas podem se compor *apesar da, sem a ou com a* nossa presença nessas expansivas geografias tanatológicas dos topocídios.

Lugares nas fraturas das ruínas

Na obra de ficção científica *Borne: a novel*, Jeff VanderMeer (2017) nos convoca a imaginar geografias mais-que-humanas de (sobre)vivência nas fissuras ecológicas do futuro próximo. Nesse romance, os protagonistas coabitam no que restou de uma cidade arruinada pelas catástrofes climáticas e por Mord, uma criatura quimérica resultante da biotecnologia da fábrica nomeada de *The Company*. Mord é um colossal urso venenoso voador criado em laboratório que consome tudo que vê pela frente.

Embora humanos, os protagonistas também convivem com os resultados desastrosos das tentativas dessa empresa em realizar experimentos biológicos para adaptar as espécies às fissuras ecológicas. Há crianças ferais com olhos de mariposas, pessoas com membros tentaculares, alimentos psicodélicos, animais quiméricos com estranhas habilidades e outras combinações alienígenas de horrores corporais.

Trata-se de um mundo que colapsou em um apocalipse biotecnológico perturbador onde os sobreviventes fazem-lugar em convivialidades mais-que-humanas entre entidades de desconhecida procedência.

Borne, a inteligente criatura anêmona-tentacular-metamorfa adotada como filho pela protagonista da narrativa, é um exemplo dessas teias de articulações costuradas nas ruínas da civilização atual. Ao longo da trama, ele vê essa Terra arrasada por topocídios como algo belo e propício para o coabitar de entidades sencientes e inteligentes como ele, crescendo e se transformando para melhor se adaptar a essa *deathscape*.

Para as quimeras biotecnológicas do espaço diegético dessa obra de ficção científica, essa Terra devastada é o horizonte para a sementeira de sinfonias mais-que-humanas de fazer-lugar. O que o romance me provoca a pensar é que, para além e apesar dos topocídios, há ainda a possibilidade de constituição da fenomenalidade e da existencialidade inerentes aos lugares mesmo nas fissuras das ruínas, caso não haja a extinção radical de toda a vida nesse planeta.

Embora com variados graus de precariedade e de vulnerabilização, a experiência lugarizada do coabitar permanece como virtualidade existencial de ser-da-e-na-Terra. Além disso, não cabe resignarmos-nos diante das condições das fissuras ecológicas. É possível vislumbrarmos a latência apocalíptica e topocídica

nelas contidas e lutarmos pela valorização de sinfonias mais-que-humanas contra a máquina hegemônica de fazer-ruínas, como têm feito os povos originários e tradicionais afligidos pelos topocídios.

Como já alertava Dardel (2011, p.41, grifos no original), “podemos mudar de lugar, nos desalojarmos, mas ainda é a procura de um lugar; nos é necessária uma base para assentar o Ser e realizar nossas possibilidades, um *aqui* de onde se descobre o mundo, um *lá* para onde nós iremos”. Mesmo nas beiras dos fins de mundo, há a necessidade ontológica do lugar como experiência existencial fundamental. O *aqui-agora* fenomênico da Terra como possibilidade pluritópica de (des)encontros irradia também como insurgência ante ao espraçamento das maquinações topocídicas.

Ecofenomenologicamente, o fazer-lugar é uma inerência mais-que-humana do coabitar terrestre em devir, da possibilidade do desabrochar nas bordas e fissuras que nos ameaçam a deixar-de-ser. Destarte, é possível criar articulações de (sobre)vivência nas ruínas dos colapsos e buscar modos de (de)morar nos resíduos por meio de entrelaces multi-espécie. Trata-se de viver-com as precariedades, covulnerabilidades e ameaças, mas conscientes das possibilidades de convivialidades com outras maneiras de vir-a-ser que formam as trilhas das desobediências rumo a mundos de (re)encontros.

Se quisermos forças para lutar contra as imposições hegemônicas das interdições de futuridade decorrentes das mudanças climáticas, faz-se basilar possibilitar o florescimento dos enovelamentos pluriversais de lugaridades. Ocorre que “como coabitantes desse mesmo planeta, é completamente inevitável que ocorram encontros e interações de um com o outro” (PINTOS, 2010, p.338, trad.), que hajam intercomunicações que convergem os lugares dos membros das distintas espécies.

Entrelaces corporificados criam significados intersubjetivos e viventes de maneiras de ser-na-e-da-Terra na qual a interdependência articula lugaridades de vulnerabilizações partilhadas. Mesmo nas precariedades experienciais dos lugares irreversivelmente arruinados, essa possibilidade não é findada. De fato, ela permanece porquanto o fenômeno do entrelace terrestre fertiliza encadeamentos de afetos decorrentes da ressignificação dos lugares, os quais muitas vezes passam a ser definidos pela angústia, o sofrimento e a finitude.

Nesse sentido, a base topofóbica das *deathscapes* potencialmente apocalípticas são lugaridades de presentificação das consequências ontológicas das mudanças climáticas. Partilhamos o *memento mori* das ruínas topocídicas e nelas produzimos novos lugares assombrados pelo horror que talvez nos espera. Ao vislumbrar o abismo que elas anunciam, a mortalidade de nossos corpos e das lugaridades são salientadas.

Face a essa condição, é importante realçar o caráter *humanimal* de que o humano é apenas uma dentre muitas outras variações corporificadas de ser-do-mundo. Nossos próprios eu-corpóreos podem ser a

morada de outras entidades, como piolhos, fungos ou vírus. Corpos são enovelamentos de lugares terrestres em sinfonias de relações com mundos mais-que-humanos cerzidos por tessituras coabitacionais.

No contato com os vizinhos não-humanos, se formam arranjos de mutualidade e parentesco decorrentes da nossa animalidade partilhada, uma interanimalidade que nos conecta a um passado imemorial e a uma futuridade (TOADVINE, 2014). Os entrelaces do coabitar nas parcerias com esses estranhos parentes com os quais divergimos corporalmente possibilitam o desabrochar de lugaridades com intersubjetividades que superam o especismo antropocêntrico.

Há a possibilidade de fazer-parentes em interanimalidade, em teias de lugares mais-que-humanos que (sobre)vivem nas brechas das fissuras decorrentes dos topocídios. Trata-se de criar aberturas caleidoscópicas que compreendam a porosidade da intercorporeidade como campo fértil para cruzamentos de mundos que podem se sinfonizar ante às sobreposições arruinantes.

Essa reciprocidade intercorporificada com a Terra envolve presenças invisíveis, porém sutilmente sentidas, cuja influência é intuída e permeada por contornos imprecisos e dinâmicos (ABRAM, 2014). São formas de ser-no-e-do-mundo que se embaraçam nas teias polifônicas que compõem os lugares, entidades que tomamos como garantidas e sequer percebemos: o orvalho matutino, o chiado das cigarras, o dançar balançante das araucárias ou a contínua marcha das formigas. Tais mundos mais-que-humanos secundarizados pela sociedade ocidental são, de fato, fundamentais se desejarmos criar outras maneiras de coabitação terrestre que enfrentem a hegemonia topocídica atual.

Se, como afirma Seamon (2018), o fazer-lugar criativo pode colaborar para pensar meios práticos para efetivar ciclos virtuosos, ele pode ser um horizonte que nos reposiciona para o entrelace. Um dos caminhos que vislumbro ser central nesse processo é multiplicar as virtualidades geopoéticas de pensar-com e vir-a-ser-com a Terra em horizontes mais-que-humanos que desconstruam o antropocentrismo hegemônico.

Na obra de arte *Vivan los campos libres* (Figura 2), Antonio Ballester Moreno propõe uma trilha crítico-criativa para pensar essa questão por meio de afloramentos fúngicos. Os cogumelos que formam a instalação indicam um tipo de extrusão biológica que resiste e nasce entre as ruínas, que *tomam lugar* nas brechas dos arruinamentos.

Figura 2 - Antonio Ballester Moreno. *Vivan los campos libres* (2018). 33ª Bienal de São Paulo/SP.



Fonte: Acervo fotográfico do autor, 2018.

Essa instalação é uma composição multiforme em que cada um dos cogumelos foi esculpido por crianças de escolas de São Paulo/SP. Ela materializa um tipo de partilha que espelha a lugaridade de (con)viver nas ruínas. A obra apresenta uma teia de virtualidades que se plasman pela expressão geopoética dos enlaces mais-que-humanos do coabitar.

Os fungos se alastram pelos mais diversos ambientes, se regeneram e multiplicam de modos associativos a outros seres e a si mesmos por meio de suas redes intercorporificadas no micélio. Os cogumelos de barro criam uma espécie de micélio imaginário de conexões onde diferentes mundos e percepções podem aflorar.

Similarmente às entidades quiméricas do romance especulativo de Jeff VanderMeer (2017), os fungos representados na obra são seres adaptativos que se metamorfoseiam continuamente em interações multi-espécie. Eles são exemplos privilegiados de emersões de intencionalidades que entrelaçam múltiplos seres e entidades viventes e não-viventes para constituir coabitações de partilha. A potência expressiva da instalação é a geopoética dos esporos que ela irradia: a ideia da possibilidade de fazer-lugares mais-que-humanos *com* a precariedade para propor uma outra relação com a Terra.

Ser um *humanimal* é estar vulnerável à realidade geográfica, às alterações intempestivas da troposfera, aos abalos sísmicos e aos topocídios decorrentes de nossas próprias ações. É, portanto, ser covulnerável à Terra e a inerência ontológica da finitude que ameaça a polinização cruzada de lugares coabitados nas partilhas mais-que-humanas. Ficções (pós)apocalípticas nos provocam fascínio por salientarem essa dimensão da existência, essa floresta de lugares em afluência que podem ser disjuntados pelo deslocalizar impelido por redes de precariedades.

Como previamente reiterado, somos hoje particularmente covulneráveis às consequências

tanatológicas das violências extrativas das máquinas de fazer-ruínas do capitalismo. Elas ameaçam as fundações de nossos entrelaces de ser-na-e-da-Terra e colocam-nos em situações em que os fantasmas da futuridade potencialmente interdita nos assombram, redefinido os lugares em função do topocídio e da topofobia.

Talvez por isso seja significativo expandir geopoéticas metamórficas como as de *Borne* ou micelares como as de *Vivan los campos libres* que nos permitam pensar em outros caminhos para vir-a-ser-com a Terra e todas suas entidades. Entender-se como integrante desse todo pulsante no processo de fertilizar lugares mais-que-humanos nas ruínas é um caminho para reposicionar relações de modo a enfrentar as precariedades.

Mesmo na face do abismo das mudanças climáticas, a Terra é o arco sensível fundante dos afetos que tornam a própria lugaridade possível. Como posiciona Delcò (2005, p.27, trad.), fenomenologicamente “ela não é mais um objeto inerte, perfeitamente matematizável. Longe de ser *partes extra partes* – exterior aos humanos, e mesmo a ela própria –, ela nos concerne da forma mais íntima”. (Sobre)Viver nessa Terra arrasada pelos fenômenos topocídicos envolve, portanto, costurar afetos e experiências geográficas que salientam a coabitação com um todo pulsante, com lugares mais-que-extensivos irredutíveis à localização, à objetificação ou ao subjetivismo solipsista.

Murata-Soraci (2018, p.236, trad.) incita que “a terra solicita que repensemos o que significa para nós partilhar seu solo nativo (*heimatlicher Grund*) com inumeráveis formas de vida e nos provoca a encontrar novos modos de sentir, pensar e falar sobre o parentesco entre os habitantes terrestres de todos os tipos”. Ante ao especismo hegemônico que legitima as máquinas capitalistas de fazer-ruínas, é fundamental ressaltar a virtualidade opositiva e insurgente do fazer-lugar mais-que-humano como forma de reconexão com a Terra envolvente, solo primal da geograficidade.

Trata-se, portanto, de um esforço para abandonar concepções, conceitos e ideias estanques que não reconheçam as conexões entre os seres e os mundos mais-que-humanos. Para tanto, é importante “ser capaz de pensar aquilo que advém de se sentir e de se saber ligado à Terra como lugar de realização em nossa condição terrestre” (CHARTIER; RODARY, 2016, p.41, trad.). Isso possibilita entender os flagelamentos topocídicos intencionais como o que são: violências às geografias em que coabitamos.

Ao compor geografias de lugaridades que enovelam rochas, rios, vales, fungos, plantas, animais e múltiplos outros *loci* enunciativos que expandem as brechas das imposições, podemos multiplicar sinfonias intercorporificadas que desvelem que somos “feitos da terra, pela terra, sobre a terra e debaixo da terra” (ECHEVERRI; MUÑOS, 2014, p.24, trad.). Reconhecer os lugares que transcendem o modo humano de ser-no-

mundo e superar o solipsismo implícito à cisão cultura-natureza irrompe irreverências que se contrapõem às geografias arruinadas das mudanças climáticas, dos latifúndios monocultores de transgênicos e das economias extrativas petrocapitalistas.

Enfrentar essa realidade topocídica envolve a intrepidez subversiva de fazer-lugar nas fraturas das ruínas e centralizar o nexo existencial de ser-na-e-da-Terra. Na polinização cruzada de mundos e lugares mais-que-humanos, a geograficidade coabitacional das partilhas intersubjetivas pode situar-nos nas teias de (sobre)vivência entremeio à tragédia, à angústia e os fantasmas que nos assombram em topofobia. O fazer-lugar criativo, como semeadura de outros mundos do porvir possível, é uma possibilidade para arquitetarmos realidades geográficas de reconstrução do (de)morar polifônico.

Isso envolve reconhecer que “a indômita mente do planeta flui por todos nós, integrados como somos nas profundidades desse meio elusivo” (ABRAM, 2010, p.271, trad.), ela é parte do ar que respiramos e onde estamos imersos. Sentir a Terra e costurar lugaridades ante às fraturas das geografias arruinadas perpassa por respeitar os elementos primais que embasam o coabitar e polinizar afetos que transcendem os dualismos.

Como impele Grato (2010, p.321, grifos no original), “sentir a Terra é *sentir* a chuva na pele, a brisa refrescante no rosto, o sol escaldante dos trópicos em todo o corpo. *Sentir* a paixão que queima o corpo e o coração. *Sentir a* Terra é explodir sentimentos em versos, em poesia”. Fazer-lugares entremeio às ruínas topocídicas é reconhecer as multiplicidades de sentidos e potencialidades mais-que-humanas. É permitir se sentir na e da Terra para evocar geopoéticas que polinizem práticas criativas de virtualidades coabitacionais para confrontar as máquinas de arruinamentos.

Cada forma de ser-na-e-da-Terra evoca pluriversos de coabitações, enlaces e afetos atuais, pretéritos e potenciais. Tentaculares, fúngicas, enraizadas, voadoras, arbustivas, galhadas, preênses, viventes ou inertes, as diferentes emersões das variações intercorporificadas de coabitantes terrestres se associam como (co)criadoras de lugares. As lugaridades são teias de enovelamentos intersubjetivos em que a realidade geográfica apresenta caleidoscópios de experiências terrestres entrelaçadas.

Em um planeta assombrado pelos fantasmas das geografias arruinadas produzidas pela violência extrativa das máquinas capitalistas de fazer-ruínas, faz-se fundante constituir lugares de polifonias experienciais. Ao ressaltar a pluriversalidade dos horizontes mais-que-humanos que (sobre)vivem nas covunerabilidades e precariedades dos topocídios, a geografia pode colaborar para práticas criativas de fazer-lugar como ciclos virtuosos de ressignificação rumo a outros modos de ser-com (n)a Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O topocídio é um fenômeno existencial que concerne a irrupção do deixar-de-ser como parte da experiência geográfica terrestre. Ele forma “duplos” arruinados em que há perturbadores desencontros entre o passado e o presente.

Topocídios são como membros fantasmas que nos perturbam por desarticularem motricidades preexistentes. Mais que fins absolutos dos lugares, eles são ecos de uma realidade geográfica que não condiz mais com sua presentificação.

Por meio da perspectiva ecofenomenológica, compreende-se que as consequências dos topocídios se alastram rumo a mundos e entidades mais-que-humanas. Elas enovelam múltiplos seres em teias de precariedades e covulnerabilidades que ameaçam formas de coabitação em sinfonias multi-espécie. A dismorfia dos lugares decorrentes dos fenômenos topocídicos incorrem em afetos intercorporificados de sofrimento, de angústia e de dores.

Nas fissuras ecológicas das mudanças climáticas e das máquinas petrocapiatalistas de fazer-ruína, o que está em jogo são os horizontes de futuridade das lugaridades mais-que-humanas. Elas se encontram ameaçadas pelos fraturamentos de relações de coexistências. Tratam-se de múltiplas emergências terrestres que são flageladas por projetos intencionais de arruinamento.

Os fantasmas das futuridades negadas assombram os lugares por meio das angústias que partilhamos na (sobre)vivência entremeio ao des-localizar forçado por esses fenômenos. Topocídios emaranham corpos e sciências em arruinamentos que flagelam existências (com)partilhadas. Eles conformam *memento mori* disruptivos das experiências geográficas hodiernas.

Abjurar as ruínas e os fantasmas do modo de produção hegemônico envolve subverter os dualismos modernos rumo a compreensão de outras emergências de ser-na-e-da-Terra. Observar e semear formas de coabitar expandindo as brechas e enfrentando as geografias de arruinamento perpassa também por (re)avivar os lugares por meio de afetos, sensibilidades e parcerias mais-que-humanas.

Abarcar intencionalidades, sciências e/ou experiências não-humanas como estruturantes da ontogênese telúrica da geograficidade possibilita reabilitar a lugaridade para enfrentar os ciclos viciosos topocídicos. Arquitetar maneiras crítico-criativas de fazer-lugar *com* arranjos de múltiplas entidades é um dos caminhos basilares para revolucionar as condições contemporâneas do coabitar terrestre e propor outra relação tanto com a nossa natureza quanto com aquela que nos envolve.

REFERÊNCIAS

- ABRAM, D. **The spell of the sensuous**: perception and language in a more-than-human world. New York: Vintage Books, 1996.
- ABRAM, D. **Becoming Animal**: an earthly cosmology. New York: Vintage Books, 2010.
- ABRAM, D. The invisibles: towards a phenomenology of the spirits. In: HARVEY, G. (Org.) **The handbook of contemporary animism**. London: Routledge, 2014, p.124-133.
- BERQUE, A. **Histoire de l'habitat idéal** : de l'Orient vers l'Occident. Paris: Le Félin, 2016.
- CHARTIER, D. ; RODARY, E. Géographie, écologie, politique : un climat de changement. In : CHARTIER, D. ; RODARY, E. (Orgs.) **Manifeste pour une géographie environnementale**. Paris : Presses de Sciences Po, 2016, p.13-56.
- DANDO, C. E. Deathscapes, topocide, domicile: The Plains in contemporary print media. **Great Plains Quarterly**, v.29, n.2, p.95-119, 2009.
- DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro, 2017.
- DAVID, B. ; ARTAUD, H. ; BOISSY, A. ; BONNET, D. ; CHAPOUTHIER, G. ; KRIEF, S. ; LECOINTRE, G. ; J. MARGUENAUD ; MOUTOU, F. ; RAYMOND, M. ; JALME, M. S. ; SERVAIS, V. ; VALLAT, B. ; VIGNE, D. **Manifeste du muséum** : Humains et autres animaux. Paris: Muséum national d'histoire naturelle, 2019.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DELCÒ, A. **Merleau-Ponty et l'expérience de la création** : Du paradigme au schème. PUF : Paris, 2005.
- DESPRET, V. **Habiter en oiseau**. Arles : Actes Sud, 2019.
- ECHEVERRI, A. P. N.; MUÑOS, J. A. P. Cuerpo-tierra: epojé, disolución humano-naturaleza y nuevas geografías-sur. **Geograficidade**, v.4, n.1, p.20-29, 2014.
- GABRIEL, M. A. R. Mistérios dispersos na geografia do medo: aparições e espaços sobrenaturais. **Terra Brasilis**, v.17, p.1-20, 2022.
- GAN, E.; TSING, A.; SWANSON, H. A.; BUBANDT, N. Haunted landscapes of the Anthropocene. In: TSING, A.; SWANSON, H. A.; GAN, E.; BUBANDT, N. (Orgs.) **Arts of Living on a damaged planet**: Ghosts. University of Minnesota Press: Minneapolis, 2017, p.1-15.
- GRATÃO, L. H. B. Por entre becos & versos – a poética da cidade vi(vi)da de Cora Coralina. IN: MARANDOLA JR, E.; GRATÃO, L. H. B. (Orgs.) **Geografia e Literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010, p.297-328.
- HUTTON, D. **Mourning and memory in the age of topocide**. 2020. 80f. Monografia (Graduação em Arquitetura) – University of British Columbia, Vancouver, 2020.
- MALHEIRO, B. C.; CRUZ, V. C. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **GEOgraphia**, v.21, n.46, p.18-31, 2019.
- MARANDOLA JR, E. O gosto da morte na vida dos lugares. **Sabores geográficos**, ed. especial, p.71-82, 2018.
- MARANDOLA JR, E. **Fenomenologia do ser-situado**: crônicas de um verão tropical urbano. São Paulo: Editora da UNESP, 2021.
- MARCUS, C. C. Environmental memories. In: ALTMAN, I.; LOW, S. M. (Orgs.) **Place Attachment**. New York: Plenum Press, 1992, p.87-112.
- MORRIS, D. **The sense of space**. Albany: SUNY Press, 2004.
- MURCHADHA, F. Ó. Space, Time and the Articulation of a place in the world: the philosophical context. In: RICHARDSON, B. (Org.) **Spatiality and symbolic expression**: on the links between Place and Culture. New York: Paulgrave Macmillan, 2015, p.21-40.
- MURATA-SORACI, K. "Song of the Earth": An Eco-Phenomenology. In: SMITH, W. S.; SMITH, W. S.; VERDUCCI, D. (Orgs.). **Eco-phenomenology: Life, human life, post-human life in the harmony of the cosmos**. Gewerbstausse: Springer, 2018, p.235-243.
- PINTOS, M. Phenomenological overcoming of Western prejudices against nonhuman animals. In: NENON, T.; BLOSSER, P. (Orgs.) **Advancing Phenomenology**: Essays in Honor of Lester Embree. Dordrecht: Springer, 2010, p.315-342.
- PORTEOUS, J. D. Deathscape: Malcolm Lowry's topophobic view of the city. **The Canadian Geographer**, v.31, n.1, p.34-43, 1987.



- ORTEOUS, J. D. Topocide: the annihilation of place. In: EYLES, J.; SMITH, D. (Orgs.) **Quantitative methods in Geography**. London: Polity Press, 1988.
- ORTEOUS, J. D.; SMITH, S. E. **Domicide**: The global destruction of home. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2001.
- RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.
- SARAMAGO, J. **As pequenas memórias**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- SEAMON, D. **Life takes place**: phenomenology, lifeworlds and place making. New York: Routledge, 2018.
- SIMMS, E. Going Deep in Place. **Environmental & Architectural Phenomenology**, v.25, n.3, p.13-14, 2014.
- TOADVINE, T. **Merleau-Ponty's Philosophy of Nature**. Evanston: Northwestern University Press, 2013.
- TOADVINE, T. The time of animal voices. **Environmental Philosophy**, v.11, n.1, p.1-16, 2014.
- TOADVINE, T. Climate collapse, judgment day, and the temporal sublime. **Puncta: Journal of Critical Phenomenology**, v.4, n.2, p.127-143, 2021.
- TRIGG, D. **The Memory of Place**: a phenomenology of the uncanny. Athens: Ohio University Press, 2012.
- TRIGG, D. **Topophobia**: A phenomenology of Anxiety. London: Bloomsbury, 2017.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: EdUel, 2013.
- VANDERMEER, J. **Borne**: a novel. New York: MCD Books, 2017.
- WOOD, D. What is Eco-Phenomenology? In: BROWN, C. S.; TOADVINE, T. (Orgs.) **Eco-phenomenology**: Back to the Earth itself. New York: SUNY Press, 2003, p.211-234.